

Vila Nova de Famalicão, 4 de Maio de 2015

Ex.mo Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Dr. Abel Baptista

Em resposta ao V. Ofício nº 205 – 8ª – CECC/2015 de 28 de Abril de 2015, com o assunto Petição nº 499/XII/4.ª, e perante a solicitação de que me pronuncie sobre o conteúdo da petição, cumpre-me informar o seguinte:

1º Sou psicóloga há quase trinta anos e tenho desenvolvido a minha prática profissional, primeiro, e durante vinte e um anos, em escolas públicas e nos últimos nove anos optei por abandonar a função pública e desenvolver um projeto privado de prestação de serviços de psicologia. Era nesse enquadramento, de prestação de serviços, que acompanhava o Curso Profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação, desde a sua criação no Externato Delfim Ferreira.

2º Concordo e subscrevo inteiramente e inequivocamente a petição apresentada. O seu conteúdo corresponde totalmente à verdade na data em que a petição foi lançada e alertava para uma situação gravíssima, que infelizmente continua sem resolução e que se tem agravado de forma inclassificável.

Em cerca de mês e meio as atitudes e decisões da Direção do Externato Delfim Ferreira acabaram com um projeto de qualidade reconhecida no âmbito da formação profissional artística no ensino secundário e ao longo deste ano marcaram negativamente e de forma definitiva os alunos que o frequentam.

3º A situação que se vivia no curso naquela altura e que motivou a tomada de posição conjunta de pais e encarregados da educação, professores e antiga coordenação, surge de um processo já longo de dificuldades, irregularidades e problemas.

O Externato Delfim Ferreira é um colégio com cinquenta e três anos de existência, com uma abordagem e dinâmica extremamente tradicional. Cresceu e ganhou reconhecimento sob a liderança firme e incontestada do pai de uma das atuais

diretoras. É uma escola com excelentes resultados ao nível dos exames nacionais e de acesso ao ensino superior e isso deve-se fundamentalmente ao excelente corpo docente que ao longo dos anos foi reunindo.

Nos últimos anos, muitas mudanças ocorreram no colégio. A primeira mudança ocorreu com os cortes ao nível financeiro e uma maior exigência e rigor ao nível da gestão administrativa. Em seguida, deu-se o processo de afastamento das pessoas que antes dirigiam a escola, para dar entrada definitiva na Direção Pedagógica e Administração, das “herdeiras” dos fundadores do colégio, nomeadamente a filha do Dr. Aurélio Fernando, Dr.^a Alzira Pereira, e a neta do Dr. Craveiro, Dr.^a Catarina Guimarães e do seu irmão Dr. Luís Craveiro¹, associado à entrada de um novo contabilista. Estas mudanças deram origem a uma nova fase da gestão do Externato Delfim Ferreira, infelizmente não muito positiva.

Vocacionado para uma formação mais de caráter geral, a integração de um Curso Profissional no Externato Delfim Ferreira não foi fácil e a situação ainda se agravou mais pela especificidade de ser um curso artístico. A falta de experiência de gestão escolar, aliadas à falta de planeamento, visão estratégica, capacidade de gestão e mesmo alguma inconsequência ao nível das decisões por parte da Administração (Dr.^a Catarina Guimarães) e da Responsável pelo Curso na Direção Pedagógica (Dr.^a Alzira Pereira), levou a que o curso não se integrasse na dinâmica do colégio e tivesse ficado em risco de acabar em julho 2012. A minha intervenção e da Diretora do Curso, Dr.^a Helena Machado, apoiadas por toda a equipa técnica que entretanto se tinha reunido e, na altura, com a concordância e empenho das atuais diretoras, conseguiu que o curso saísse de Riba de Ave e viesse instalar-se em Vila Nova de Famalicão, com a cedência determinante de um espaço por parte da Câmara Municipal.

Em Vila Nova de Famalicão e longe do clima cada vez mais tenso do Externato Delfim Ferreira, o Curso claramente deu um enorme salto qualitativo. A facilidade e centralidade de acessos, a proximidade com a Casa das Artes e outras entidades, criou as condições para um maior número e melhor qualidade de candidatos e formadores. Com o apoio dos parceiros (Teatro Nacional de S. João, Câmara Municipal e inúmeras Companhias de Teatro), com possibilidade de selecionar alunos e formadores, em dois

¹ Que atualmente reside na Suíça

anos, o Curso apresentou excelentes resultados e começou a ser reconhecido como um curso de referência em termos de qualidade.

A visão muito egocêntrica, tradicional e reducionista da Direção do Externato Delfim Ferreira condicionaram a forma como este sucesso foi interpretado pela mesma. O protagonismo, a visibilidade e o interesse ao nível regional pelo curso, fez com que a Direção, associada naturalmente a interesses e problemas de ordem funcional, financeira e administrativa, considerasse que o Curso não podia ficar em V. N. Famalicão e teria que regressar a Riba de Ave. Naturalmente a equipa coordenadora frisou as consequências de tal decisão, apoiada pela equipa técnica, pois o regresso a Riba de Ave iria, mais uma vez, pôr em causa a sobrevivência e qualidade do Curso. A Direção não compreendeu e, no início deste ano letivo, procedeu às mudanças ao nível da coordenação que deram origem a toda a situação que agora se analisa.

A descrição das razões que levaram à tomada de posição conjunta, foram apresentadas por mim, em forma de queixa, à IGEC em 24 de Janeiro de 2015, e constitui um documento que envio em anexo a este parecer. Penso que possa ser muito esclarecedor do que efetivamente se passava em relação a este Curso (Anexo 1).

5º É muito importante referir a dinâmica formativa que se conseguiu neste Curso e de forma muito evidente em Vila Nova de Famalicão. Posso caracterizar essa dinâmica como única, muito rica, profunda e determinante para quem passou por este Curso, fosse como aluno ou como formador. Posso afirmar, que em 30 anos de carreira, desenvolvi neste projeto a mais completa, eficaz e gratificante intervenção psicológica. E a petição exprime de forma muito clara esse clima e essa dinâmica. Essa era realmente uma Escola!

Numa carta (Anexo 2) que enviei ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, sobre a situação psicológica e emocional em que os alunos do Curso se encontravam a 24 de Fevereiro de 2015 e da minha preocupação como profissional, descrevo desta maneira o trabalho realizado. *“Todos os alunos estavam em constante acompanhamento e apoio. Este apoio era trabalhado em equipa, em que o psicólogo era mais um elemento que apoiava os professores, pais, funcionários e alunos no processo, quase de forma invisível, mas muito presente e permanente, fazendo atendimentos individuais só quando era solicitado ou absolutamente imprescindível.*

Todo o acompanhamento se passava no próprio contexto, na situação de aula, de apresentações e espetáculos, de organização do espaço e do tempo, nos acontecimentos e episódios. (...) Todos se interessavam por todos e todos lutavam por todos. Não era só a psicóloga ou o professor que se preocupava com os alunos, mas os alunos que se preocupavam com a psicóloga ou com o professor. E desiludir um professor era algo que eles não queriam, assim como desiludir um aluno era também algo a que os professores não se permitiam. Todos tinham que ser profissionais e ter atitude de profissionais.”

Era um Curso em que se ensinava e aprendia por prazer, em que as pessoas eram livres e responsáveis. E era um Curso em que todos tinham lugar, em que todos podiam mostrar em que eram bons e em que o erro se aceitava, para depois se errar menos a seguir, para depois conseguir. Onde o sucesso de um, era o sucesso de todos! Não era um Curso de sonho, era um Curso real, cheio de problemas, desafios e “dores de cabeça”, mas era sem dúvida um Curso em que só estava lá quem realmente queria e gostava do que fazia. Mais importante que as competências, era a atitude com que se usavam essas competências.

Penso que isto explica, e se falarem com os alunos, pais e professores, compreendem, porque foi tão intensa a reação de todos. Não era só as pessoas que estavam a tirar, era um todo, era uma filosofia, era um projeto com vida própria que estavam a matar. Os alunos estão destruídos, desanimados, deprimidos. Os pais não sabem o que fazer, que decisões tomar, como os orientar. A Direção não mostrou qualquer capacidade de lhes dar segurança, de lhes garantir qualidade, de lhes garantir um projeto.

Eles só querem sair dali! Querem uma alternativa ao fim de um ano praticamente perdido.

8º Nós queremos uma Escola de Teatro em Famalicão. Não estamos contra ninguém, estamos a lutar por aquilo que sabemos que já tivemos, apesar de todos os problemas. Na altura em que tomámos a posição conjunta, as propostas ainda se ligavam ao Externato e solicitávamos uma reunião para se resolver o problema em conjunto. Mas, atualmente, e após o atentado que a Direção fez durante esta ano letivo aos alunos, aos pais e aos professores e principalmente à escola, à sua própria escola, isso não é mais possível.

Penso que em termos funcionais, atualmente o Ministério da Educação não permite a criação de novas escolas profissionais. Se o permitisse, nós queríamos uma Escola de Teatro para Famalicão e estávamos dispostos a unir esforços para a criar.

Precisamos que estes alunos recuperem o que perderam!

Precisamos que autonomamente ou noutra escola eles possam voltar a estudar e a ter o prazer de aprender!

Caso não seja possível criar uma Escola de Teatro, é fundamental encontrar um escola que os acolha. V.N. Famalicão tem escolas de qualidade que podiam acolhê-los.

Em primeiro lugar a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, de qualidade reconhecida na área da Música.

Depois a Escola Profissional CIOR, que tem provas dadas na região e que apesar não ser da área artística, possui um Curso Profissional de Animação Sócio-cultural que poderia estabelecer alguns pontos de contacto com o Curso Profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação.

Mas mais importante do que assegurar a transição do Curso para outra escola, para aí recomeçar, é responder aos alunos dos 10^a e 11^o anos que atualmente o frequentam e permitir que a sua transição também seja realizada. A transição teria que ser total, de todos os anos do Curso!

Em termos concelhios, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a Rede de Educação Formação, não vão permitir que o Curso acabe, pois passou a ser também uma prioridade em termos regionais e formativos e reconhecida como de alta qualidade, mas é necessário que o Ministério e o POPH (que até agora financiava os Cursos Profissionais), permitam também esta transição dos alunos que já se encontram em processo de formação. Sei que esse não é o processo imediato, mas pode ser realizado, assim haja vontade, pois as instituições e entidades que superintendem estas dimensões estão a par da situação desde 24 de Novembro de 2014, de modo que já tiveram tempo suficiente para analisarem a situação e tomarem decisões.

Termino, reforçando, que já é um processo demasiado longo e traumatizante para os jovens e a suas famílias o que aconteceu, de modo que é urgente a tomada de decisão por quem de direito para a sua resolução. Em termos regionais sei que o interesse é

grande no sentido da resolução do problema e penso que posso falar por toda a equipa pedagógica dispensada, afirmando que estará sempre disponível para construir de novo o projeto pedagógico de que tanto nos orgulhávamos.

Estando ao dispor e com os melhores cumprimentos

A Psicóloga e anterior Coordenadora

Liliana Moreira

ANEXO I - Queixa apresentada por mim à IGEC a 24 de Janeiro de 2015

Vila Nova de Famalicão, 25 de Janeiro de 2015

Carta à Inspeção Geral da Educação e Cultura

Ex.mos Senhores

Completaram-se ontem três meses sobre a **tomada de posição conjunta dos pais e encarregados da educação, dos professores, da diretora de curso e da psicóloga do Curso Profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação do Externato Delfim Ferreira** e sendo eu, a psicóloga Liliana Moreira, coautora de um dos documentos, venho por este meio explicar o porquê da nossa tomada de posição e apresentar formalmente algumas queixas relativas a este processo.

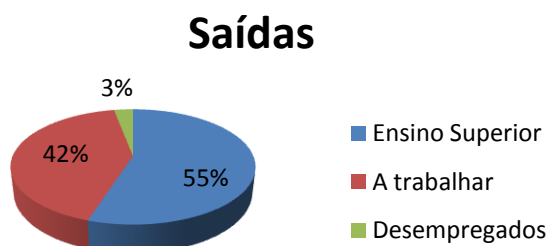
Tomando como ponto de partida a carta na altura enviada à Direção Pedagógica, que tinha **como único objetivo solicitar uma reunião para discussão do presente e futuro do curso**, irei proceder à fundamentação das queixas que apresento neste documento e dos factos descritos nessa tomada de posição.

Ponto 1 – Os bons resultados obtidos

“O Curso Profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação entrou no seu sétimo ano de existência e conseguiu neste curto espaço de tempo uma dimensão, qualidade e reconhecimento incontestáveis, quer em termos da sua formação pedagógica, quer na sua formação artística. A prová-lo estão os resultados obtidos ao nível do prosseguimento de estudos e os inúmeros convites, pedidos de colaboração e referências, quer para os nossos formandos, quer para o próprio curso.”

O último ano letivo, foi francamente um ano de grande sucesso, em que a qualidade do curso ficou reconhecida, não só pelos resultados obtidos, mas também pelo reconhecimento claro ao nível nacional das escolas profissionais e do ensino superior da área de formação.

- Neste ano letivo, cinco alunos em vinte, da turma do 1º ano Curso de Interpretação do ESMAE - UP foram alunos do CPAE-I e três alunos em seis, da turma do 1º Ano de Produção da mesma escola, também. Há um significativo número de alunos que não prossegue os estudos na área por razões económicas. Por essa razão muitos ingressam no ensino superior um ano depois de acabarem o curso.
- A taxa de desistência, desde 2008, é de cerca de 2 alunos por turma e



geralmente ocorre no 1º ano e logo no início do curso.

- 55% dos alunos do curso prosseguem para o ensino superior, a maior parte na sua área de formação. Alguns já concluíram os cursos superiores, encontrando-se a trabalhar; 42% dos que não prosseguiram os estudos estão a trabalhar; apenas 3% estão desempregados.
- De referir que os alunos prosseguem estudos na área, mas também noutros cursos como: solicitadoria, línguas, psicologia, estudos gerais, ciências políticas, realização de cinema (em Barcelona), educação social, entre outros.
- Muitos dos ex-alunos foram convidados para projetos com companhias profissionais parceiras e outras, sendo que muitas vezes esses convites surgiam ainda durante o curso (Ex: Companhias Ensemble, Cão Danado, Fértil).
- Houve alunos que foram procurados para estágios profissionais ainda antes de concluírem o curso, nomeadamente para a Companhia Fértil de Vila Nova de Famalicão, e outros que, após terem concluído a formação secundária, foram imediatamente selecionados para ingressar em companhias em Lisboa, entre 200 candidatos, devido ao excelente currículo que possuíam.
- Ao longo do curso desenvolveram-se projetos de parcerias subsidiados pela DGArtes e havia solicitações para novas parcerias, como a Diretora de Curso, Drª Helena Machado, poderá comprovar.
- Mas mais importante do que isso, os alunos que passaram pelo curso tinham orgulho em ter estudado no Externato Delfim Ferreira, em ter frequentado este curso e saíam no final dos três anos de formação, pessoas diferentes, mais confiantes, mais capazes de responder às oportunidades e desafios atuais. O valor acrescentado da formação era bem maior do que a própria formação.

Conclusão: o curso apresentou até Agosto de 2014 ótimos resultados, afastando-se completamente do estigma e imagem associada muitas vezes aos cursos profissionais, formando pessoas e profissionais. **Não se compreende por isso o porquê de realizar alterações tão significativas na estrutura de coordenação do curso.**

Ponto 2 – A dedicação total da equipa de coordenação ao curso e ao projeto

“(…) Ao longo destes anos trabalhámos dedicadamente e intensamente para construir o que temos hoje. Não se olhou a esforços, às horas de trabalho, aos fins de semana e feriados investidos, às horas a fio ao telefone ou no mail, à família e às restantes ocupações. O que nos norteava era o curso, os nossos formandos, o seu crescimento como profissionais e como pessoas. Quisemos sempre mais e melhor para eles, mais oportunidades, melhores formadores, melhores condições para que saíssem da escola com orgulho e capacidade de luta para enfrentarem os desafios que os esperavam.”

Ao longo destes oito anos de existência o curso passou por várias fases de coordenação:

	Anos Letivos	Responsável da Direção Pedagógica	Diretora do Curso Oficial	Psicóloga	Diretora do Curso Funcional	Coordenação	Coordenador Cursos Profissionais
FASE I Riba de Ave	2008 – 2009 2009 - 2010	Drª Alzira Pereira	Drª Alzira Pereira	Drª Liliana Moreira	Drª Helena Machado		
FASE II Riba de Ave	2010 – 2011 2011 - 2012	Drª Alzira Pereira	Drª Helena Machado	Dr.ª Liliana Moreira			
FASE III Famalicão	2012 – 2013 2013 - 2014	Drª Alzira Pereira	Drª Helena Machado	Drª Liliana Moreira		Drª Helena Drª Liliana	Dr. Paulo Jorge
Fase IV Famalicão	2014-2015	Drª Alzira Pereira	Drª Helena Machado	Dr.ª Liliana Moreira		Dr. Miguel Brás	Drª Sandra Barbosa

- A Drª Alzira Pereira foi sempre a responsável pelo Curso na Direção Pedagógica, tendo nos dois primeiros anos também o cargo de Diretora de Curso, embora todo o trabalho fosse efetivamente realizado pela Drª Helena Machado.
- A Drª Helena Machado foi sempre a “alma” do curso, a verdadeira responsável pelo seu desenvolvimento pedagógico e pelo recrutamento dos melhores profissionais, sempre apoiada por mim. Com a vinda para Vila Nova de Famalicão, essa colaboração estreitou-se ainda mais ficando ambas responsáveis pela coordenação do Curso. Enquanto a Drª Helena Machado assumia a “alma” do Curso, eu assumia a “estrutura” do mesmo.
- Ao longo dos anos de colaboração com o EDF tive sempre um papel de consultora junto da Direção Pedagógica, realizando todos os anos uma reflexão sobre a escola e seu funcionamento. Estas reflexões foram inicialmente solicitadas pela própria Direção, mas passaram a ser um exercício que realizava todos os anos para preparação do ano seguinte. Em 2012 realizei uma análise muito aprofundada da realidade da escola onde já se refere a situação e potencialidade do CPAE-I. Com a minha passagem, no início do ano letivo 2012-2013, para a coordenação do CPAE-I, as reflexões passaram a ter como alvo o projeto do teatro. As poucas pessoas que as analisaram em conjunto com a coordenação foram a Dr.ª Catarina Craveiro, responsável pela Administração e o seu irmão Dr. Luís Craveiro. Este, enquanto esteve no colégio realizou um excelente trabalho, mas com a sua ida para o estrangeiro, tornou-se muito difícil manter o seu apoio e colaboração no projeto.

É evidente a total dedicação desta equipa de coordenação ao curso, principalmente nestes dois últimos anos, muitas vezes com mais de 12 horas de trabalho por dia, aos fins de semana, feriados e férias. Podemos também provar que todo o trabalho de planeamento, estratégia de desenvolvimento do curso, melhoria da formação e busca da qualidade foi realizada pela equipa de coordenação.

Apesar da dedicação evidente ao curso da equipa de coordenação, em Julho de 2014 fui informada pela Direção que não desempenharia em 2014-2015 funções de coordenação. Foram-me dadas oralmente três razões:

- o trabalhar demasiado bem em equipa com a Drª Helena;
- o ter muitas ideias;
- e de ter muito boas relações com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Foi-me dito que apenas me contratariam para as funções de Psicóloga, 10 horas no CPAE-I e 10 horas no Apoio ao Ensino Secundário. Recusei, a título pessoal, o Apoio ao Ensino Secundário, tendo recomendado um colega que trabalhava comigo e aceitei as 10 horas no Curso, pois era um projeto com que me identificava muito. Não aceitaram a minha sugestão, de modo que fiquei apenas com as 10 horas do Curso.

À Dr^a Helena quiseram retirar-lhe a Direção do Curso, dando-lhe a Direção Artística do mesmo e, perante a sua recusa, optaram por a manter, mas colocaram duas pessoas hierarquicamente superiores: o Dr. Miguel Brás (anterior Coordenador dos Horários) como Coordenador, de certa forma substituindo-me em termos funcionais e a Dr^a Sandra Barbosa (anterior Diretora do Curso Profissional de Restauração - Serviço de Mesa/Bar) como Coordenadora dos Cursos Profissionais (quando só existe um). Na base destas mudanças pensamos que estão várias razões, embora elas nunca nos tenham sido claramente expostas:

1. A excelente imagem e mesmo destaque que o Curso estava a ter em termos regionais e mesmo nacionais,
2. O apoio claro e sempre presente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que valorizava e valoriza imenso o curso e a sua contribuição para o desenvolvimento concelhio, constituindo uma oferta única ao nível regional.

Estas duas situações não era sentidas, paradoxalmente, como positivas pela Direção.

3. As permanentes “dores de cabeça” que dávamos em termos administrativos e funcionais, por precisarmos sistematicamente de decisões e orientações da parte da Direção e Administração, pois não existia nem estratégia, nem planeamento por parte destas em relação ao Curso. Ou seja, o Curso era um problema permanente.
4. O facto de a Dr^a Alzira Pereira considerar que todos os problemas se deviam ao Curso ter mudado para Vila Nova de Famalicão e de que a *“obra tinha que estar sob o olhar do dono”*, de modo que havia decidido em Fevereiro de 2014 que o curso tinha que regressar a Riba de Ave. Naturalmente mostramos o nosso desacordo e eu fi-lo de forma mais aberta e que não lhe agradou.

Conclusão: Não se compreende porque é que, com os resultados excelentes obtidos ao nível da formação, o reconhecimento da sua qualidade e apoios obtidos ao nível regional e nacional, a completa dedicação da equipa coordenadora ao curso, houve motivos para a realização de mudanças tão significativas. **Considero que os interesses e inseguranças pessoais se sobrepuseram aos interesses da instituição e principalmente dos alunos objeto da formação.**

Ponto 3 – Breve resumo da história do funcionamento do curso

“Inserido no Externato Delfim Ferreira, este curso parecia ter nascido no sítio certo, pois sendo uma escola com provas dadas ao nível dos resultados escolares obtidos, tinha também uma grande tradição ao nível das preocupações artísticas e um trabalho realizado na área do teatro. (...)Mas após estes anos

de trabalho o que sentimos é que efetivamente este curso não se enquadra no Externato Delfim Ferreira, pois todo o percurso de sucesso construído foi extremamente penoso e desgastante para todos.”

O EDF tem claramente uma matriz de formação vocacionada para os cursos de formação geral, não havendo até 2008, qualquer cultura e experiência na formação de índole profissional. Além de que, toda a estrutura organizacional se direciona para um sistema de ensino muito tradicional e que visa o prosseguimento de estudos.

Em 2008, o EDF equacionava a hipótese de criar um curso profissional, no sentido de responder a necessidades de formação, ter apoio ao nível do financiamento e de iniciar um processo de renovação interno. Não foi fácil encontrar o curso adequado e na altura sugeri a criação de um curso na área do Teatro, pois havia já tradição a este nível (uma boa ligação ao Teatro Nacional de S. João e a existência do NAC – Núcleo de Atividades Culturais) e, por ser tão diferente, poderia constituir um novo desafio para o colégio. Além disso, constituiria uma mais valia para a Rede Concelhia de Educação e Formação, pois era uma nova oferta e quase única fora dos grandes centros. Não foi sem alguma surpresa que vi a sugestão ser acarinhada pela Dr^a Alzira Pereira. Assumiu logo a responsabilidade pelo curso e foi nessa altura que conheci a Dr^a Helena Machado, professora de Francês, mas com Mestrado em Teatro. Conseguimos realizar a candidatura, e em dois dias (os últimos da candidatura) a Dr^a Helena reuniu os professores e os protocolos de parceria para avançar com o curso.

Não foi fácil aprová-lo e se não fosse o meu apoio e a capacidade negociadora do Dr. Josias Barroso, então na Direção do EDF, a intenção tinha ficado por ali. Mas o curso surgiu em 2008, com uma turma e com um pequeno grupo de professores, mas de altíssima qualidade, dois deles que o acompanharam até este ano letivo: Emília Silvestre e Jorge Pinto.

O percurso do curso ao longo destes anos não foi fácil. Um curso profissional tem um funcionamento diferente de um curso geral e a adesão da comunidade escolar não foi de abertura. Por um lado, surgiram os que apoiavam o curso e achavam que trazia renovação à escola, por outro, havia uma visão mais tradicional que procurava encontrar sempre o que apontar.

Começaram naturalmente a surgir problemas mais marcados:

- Um dos principais problemas, (porque efetivamente é um dos principais problemas!) eram as batas. No EDF todas as alunas usam bata branca e as alunas do curso não eram exceção, mas na realidade isso revelava-se muito pouco funcional (quando se tem que estar numa aula de movimento e para se ir à casa de banho, ou ao bar, tem que se vestir a bata, depois tirá-la para a aula de interpretação, voltar a vestir para circular na escola ou assistir a uma aula teórica, para depois despir para a aula de educação física não é fácil) e um pequeno esquecimento das jovens por vezes pouco rigorosas, ou uma bata mais curta e aberta, era logo assinalado e chamado à atenção por quase toda a comunidade escolar, com uma generalização óbvia a toda a turma “São do teatro!...”.
- Outro problema era a ocupação do Auditório. O auditório era a sala de aula por excelência do curso, pois reunia as condições (foi adaptado) para a realização das aulas técnicas. Mas depois

do primeiro ano e do surgimento da segunda e terceira turmas, a sua ocupação era grande e exigia mesmo a ocupação de outros espaços nem sempre preparados para as aulas técnicas. O espaço e a ocupação quase exclusiva do auditório levantou muitas questões:

- porque se marcavam atividades sem ter em conta as aulas planeadas;
- porque a ocupação com aulas não permitia disponibilidade para outras atividades, às vezes já tradicionais;
- porque não havia salas para substituir e com condições para as aulas técnicas;
- porque obrigávamos a escola a estar aberta ao fim de semana e à noite para ensaios e apresentações;
- porque não conseguiam compreender que quando um espetáculo se está a ensaiar e a montar não se pode mexer no cenário, muito menos retirá-lo para se fazer uma conferência;
- porque...

A dinâmica que o curso exigia, implicava muita organização e planeamento e, numa Direção em que nem havia uma agenda de marcações, as coisas complicavam-se muito.

O acompanhamento do curso por parte dos membros da Direção era na altura, razoável, estavam muitas vezes presentes nas apresentações no auditório do colégio, o apoio ao nível funcional e financeiro ia cumprindo com as necessidades, não sendo fácil mas não levantando grandes preocupações, os problemas com as batas eram resolvidos com chamadas de atenção aos alunos e aos responsáveis pelo curso e professores. A responsável e Diretora do Curso, a Dra Alzira Teresa, por vezes acompanhava e apoiava as atividades, mas todo o trabalho era realizado pela Dra. Helena Machado.

Com o aumento das turmas os problemas agravaram-se e as condições de espaço tornaram-se insuficientes. Foi necessário que professores e alunos se deslocassem para outras salas, algumas bastante distantes e que implicavam deslocação em autocarros: salão paroquial, salas em Oliveira, etc., o que além do tempo e falta de condições, trazia uma despesa enorme ao colégio. Houve um ano em que, segundo consta, se gastaram mais de 2.000€ por mês em deslocações de alunos para terem aulas nos espaços, que se encontravam muitas vezes sem condições mínimas para dar aulas técnicas.

As reuniões com a Direção eram muito difíceis de concretizar, pois geralmente começavam depois da hora marcada, analisavam-se alguns aspetos, nem sempre os prioritários, enquanto se consultava o facebook, ou o telemóvel e invariavelmente acabavam quando menos esperávamos por uma interrupção, por um telefonema, ou porque tinham alguma coisa a fazer, ou a tratar. Não havia qualquer planeamento, definição de objetivos ou estratégia, ou mesmo cuidado em se pensar as decisões. As decisões eram tomadas conforme os problemas aconteciam e a sua resolução dependia muitas vezes da perspetiva e do impulso no momento em que a situação era analisada.

Suspeito que inclusivamente ao nível do financiamento do curso a situação não seria muito boa, pois a falta de organização e rigor em termos contabilísticos não deve ter permitido a realização de alguns pedidos de reembolso.

Entretanto a equipa pedagógica tinha, pouco a pouco, sido construída, contando com excelentes profissionais, de reconhecida competência, que começaram a investir no projeto do curso e a constituir uma equipa pedagógica dinâmica, mas muito focada e motivada para o sucesso do curso.

Com a chegada do Dr. Luís Craveiro a situação melhorou bastante e procurou-se pensar com alguma estratégia e planeamento. Pouco depois da sua entrada surgiram os primeiros cortes significativos ao nível dos financiamento das escolas com contrato de associação e a situação agravou-se drasticamente pois a dimensão financeira começou a tornar-se preponderante. Infelizmente o Dr. Luís Craveiro deixou de estar presente no EDF no fim de 2012, altura em que o curso se deslocou para Vila Nova de Famalicão.

A vinda do curso para Vila Nova de Famalicão veio responder às dificuldades já referidas ao nível do espaço e funcionamento do curso, das despesas enormes ao nível dos transportes, da necessidade de uma maior centralidade do curso e principalmente permitiu continuar com o curso, pois nesse ano (2012-2013) se continuasse em Riba de Ave não tínhamos hipótese de abrir a turma do 10º ano, uma vez que no início de Setembro de 2012 apenas tínhamos 12 alunos. A mudança para V.N. de Famalicão permitiu convidar alunos que não tinham entrado nas escolas profissionais do Porto e em três dias completamos a turma.

Conclusão: o curso foi criado e assumido pela Direção de forma impulsiva; não houve qualquer trabalho de preparação e planeamento da integração de um curso desta natureza numa estrutura muito tradicional; as situações iam sendo resolvidas conforme iam surgindo sem uma linha estratégica pensada; eu e a Drª Helena Machado, a partir do terceiro ano do curso assumimos cada vez mais um papel estrutural e organizativo do curso; as condições de funcionamento não eram as melhores e o curso em Julho de 2012 ia fechar por falta de alunos e condições. **A mudança para Vila Nova de Famalicão proposta e promovida por nós e pelos professores da componente técnica, foi determinante e vital. E sem o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão o curso não teria sobrevivido.**

Ponto 4 – Os factos que nos fizeram tomar a posição de 24 de Outubro

“Facto nº 1 – Ao longo destes anos a Direção do EDF não consegue aceitar e operacionalizar que o funcionamento dos cursos profissionais e do curso profissional de artes do espetáculo- interpretação em particular, não é igual ao funcionamento de um curso geral do ensino secundário.

Insistem em usar exatamente as mesmas normas, em não adaptar regulamentos e procedimentos às realidades do curso e quando o fazem, nem sempre operacionalizam e criam condições para o seu efetivo cumprimento.”

Todo o processo anterior se agravou de forma significativa com a vinda para Vila Nova de Famalicão, onde o curso cresceu de forma clara em termos de qualidade, visibilidade, reconhecimento e projeto. Mas, por outro lado manteve alguns dos problemas anteriores e deparou-se com outros, por vezes quase inexplicáveis.

- De um modo geral, e mantendo a prática habitual, se não houve qualquer intenção por parte da Direção em discutir, refletir, planejar e organizar a integração do CPAE-I no EDF, também não houve qualquer preocupação em o fazer na transição do curso para Vila Nova de Famalicão, apesar das nossas solicitações nesse sentido, nomeadamente no que respeita: às regras de funcionamento, à capacitação do espaço, à definição de funções, etc..
- Os procedimentos continuaram a ser definidos perante os problemas e nunca antecipando-os e prevenindo-os. Nunca eram objeto de reflexão e eram alterados com uma enorme frequência, principalmente no que respeitava à componente administrativa e funcional, pois a componente pedagógica estava entregue à Coordenação.
- A solução mais comum era decalcar as práticas e procedimentos realizados no EDF, sem verificação ou adaptação às realidades do CPAE-I. Serve como exemplo, a marcação definitiva e inquestionável de conselhos de turma nas mesmas datas que as outras turmas do colégio, mesmo sabendo da ausência de um número significativo de professores da componente técnica². Isto aconteceu no 2º Período do ano passado (2013/2014) quando, bastava mudar a data para se poder contar com todos.
- A marcação de matrículas nas mesmas datas que os restantes alunos do colégio, sem ter em consideração as características dos alunos do curso e dos seus encarregados da educação (alunos de muito longe³, que tinham obrigatoriamente de ir realizar a matrícula ao colégio e em horário laboral) e o calendário escolar destes (ainda não tinham acabado o ano letivo). O EDF chegou a disponibilizar o transporte mas mesmo assim não conseguiu concretizar todas as matrículas e muitos pais acabaram por não vir.
- O pagamento das matrículas e de todo o material, tal como com os outros alunos, mesmo alunos com escalão, quando estes cursos são financiados. Em 2013-2014 foi efetuada a devolução de uma parte do valor da matrícula, cobrado, pelos vistos, indevidamente a todos os alunos do colégio, mas não devolveram aos do CPAE-I, tendo-me sido dada a informação que não eram abrangidos. Mas a realidade é que pagaram como os outros.
- A exigência de que todos os formadores, mesmo os que tinham contrato de prestação de serviços a recibo verde, de:
 - 1) assinarem todos os dias um livro de ponto de papel,
 - 2) assinarem a presença no e-schooling e

² Por razões de ordem profissional, nessa data havia cinco professores da componente técnica que se encontravam em Lisboa, num espetáculo no Teatro Nacional de S. Luís. Avisaram que não iam poder estar presentes com a devida antecedência.

³ Os alunos são oriundos de vários concelhos: Guimarães, Vizela, Porto, Matosinhos, Vila da Feira, Marco de Canaveses, Valongo, etc. Muitos não têm transporte próprio.

3) terem pedido, mas não terem concretizado, que picassem o registo de ponto eletrónico.

Ou seja, pelo menos dois registos de presença para formadores em regime de prestação de serviços. O terceiro pedido não se concretizou pela recusa dos formadores e, penso, porque alertei a Administração para a ilegalidade e implicações de tal controlo.

- A implementação do programa e-schooling foi extremamente difícil e mesmo atualmente a sua utilização é bastante complicada por questões ligadas à acessibilidade ao servidor e pelas limitações técnicas na realização de certas operações e ações. A net não permite um bom acesso e o servidor também nem sempre corresponde. Além disso, quando as aulas decorrem noutros locais que não têm internet, ou sistema de acesso, há sempre problemas e mantém-se a exigência do uso da aplicação. Ou seja, são feitas exigências, mas não são criadas as condições ou os procedimentos para que efetivamente se possam cumprir. A culpa é sempre dos professores ou da Diretora de Curso.
- Ainda neste capítulo tenho que referir a questão dos horários que deu origem a enormes perturbações e conflitos quase permanentes com a Diretora de Curso. A incompreensão e inflexibilidade por parte dos responsáveis dos horários das especificidades do curso e da sua dinâmica, foi alvo de imensas reuniões, discussões, documentos de trabalho e troca de e-mails. A persistência em se usar exatamente a mesma lógica para os cursos profissionais e para os cursos gerais, associada à grande frequência com que neste curso os horários têm que se adaptados e às dificuldade e mesmo impossibilidade técnica de se realizar fora de Riba de Ave, provocou um desgaste emocional tão grande à Diretora do Curso que em Março do ano passado (2014) esteve um mês de baixa com um processo depressivo muito estruturado. No início deste ano letivo foram realizadas finalmente algumas alterações sugeridas e estávamos com esperanças que este problema fosse minorado.
- Ao nível funcional os problemas também se arrastaram apesar das solicitações recorrentes.
 - A não existência de uma pequena biblioteca, apesar de ter sido sistematicamente solicitada e mesmo quando foi sugerido o uso de verbas da bilheteira para a compra de obras essenciais ao curso, nunca nos foi disponibilizado.
 - No primeiro ano estivemos sem fotocopiadora até Março e depois disso houve imensas vezes que se ficou por vários dias sem toner, ou seja sem qualquer hipótese de se tirar uma simples cópia. Há professores da componente técnica que levam as suas próprias fotocópias, como o Professor Jorge Pinto.
 - O telefone colocado em Vila Nova de Famalicão só permite ligar para números fixos, o que dificulta imenso no contacto com os alunos e pais, pois a maioria tem como contacto o telemóvel. Para se ligar tem que se solicitar o telefonema à telefonista em Riba de Ave, o que nem sempre é fácil. Por vezes estávamos uma manhã inteira para se realizar uma simples chamada, optando por utilizarmos os nossos telemóveis pessoais. Em época de candidatura e seleção de alunos era um autêntico martírio

realizar as dezenas de contactos que eram necessários, por vezes em períodos muito curtos de tempo.

Conclusão: A Direção nunca realizou um trabalho de planificação e definição de um plano estratégico; todo o processo funcionou por respostas imediata e pouco refletidas às situações; o curso funcionou muito tempo com recursos mínimos; a Direção não quis compreender e assumir a especificidade do curso e a importância de se aplicar isso aos procedimentos. A maior parte dos problemas podiam ser resolvido de forma simples e eficaz, conversando, preparando as situações e definindo procedimentos claros e razoáveis que todos seguissemos, mas quase nunca o conseguíamos, conduzindo a **um desgaste muito grande entre a Direção e a Coordenação.**

“Facto nº 2 – O condicionamento de tudo à dimensão financeira. Todos os procedimentos são vistos, analisados, pesados e medidos pela sua dimensão financeira em detrimento da dimensão pedagógica e formativa.

Conscientes que a dimensão financeira, é sem dúvida uma dimensão importante, torna-se porém difícil aceitar que num curso financiado para que tudo o que o formando necessita lhe possa ser fornecido de forma gratuita, tudo esteja condicionado a essa dimensão, exigindo, mesmo contra normativas do POPH, participações dos alunos consideráveis e recusando pagar, por limitações de ordem financeira, recursos básicos e essenciais ao funcionamento do curso. Quando a recusa não acontece, todo o processo é sempre muito lento, difícil, penoso, raiando muitas vezes o insuportável e estando na origem dos muitos problemas, conflitos e mesmo perda de formadores.”

Com os cortes definidos pelo Ministério da Educação em relação a escolas com contratos de associação e mesmo ao nível do financiamento dos cursos profissionais, associados a um processo de remodelação administrativa interna e à entrada de um novo contabilista, Dr. António Ribeiro da Costa, a dimensão financeira assumiu um papel determinante e foi fonte de muitos problemas, mesmo conflitos e preocupações.

Com os formandos:

- Os atrasos ao nível dos pagamentos aos alunos eram sistemáticos e tudo servia para se atrasarem pagamentos. Os procedimentos, no primeiro ano mudavam de mês a mês ou mesmo todas as semanas, solicitando sempre novos documentos, não pagando a todos os alunos se um aluno não estivesse em ordem, exigindo mais do que seria normal exigir, etc. São inúmeras as situações com alunos e encarregados da educação, chegando a haver uma tomada de posição dos alunos, em 2013, faltando às aulas vários dias por atraso e falta de pagamentos.
- Os formandos pagavam tudo neste curso: pagavam a matrícula, incluindo o seguro escolar, os livros e o equipamento, o que, no início do ano letivo, para alunos do 1º ano, dava origem a uma despesa de mais de 300€, independentemente de serem alunos com ou sem escalão, e de mais tarde lhe ser dada uma bolsa escolar.
- Todos os alunos pagavam fotocópias e folhas de teste.
- Em relação ao transporte, além de serem extremamente rigorosos com os comprovativos, exigiam que os alunos adiantassem o dinheiro dos passes, não seguindo a Circular Normativa

Nº 6/CD/2013 respeitante à elegibilidade das despesas realizadas em transporte coletivo quando adquiridas pelas entidades beneficiárias – Extensão da aplicabilidade CN nº 2/CD/2013 de 18 de Janeiro. Quando por várias vezes solicitei que a seguissem, pois evitavam-se assim as faltas dos alunos no início de cada mês por dificuldades em comprar os passes, a resposta foi sempre “que não tinham recursos administrativos para o fazer”. Concordaram que se poderia pensar numa solução de o pagamento ser realizado mais próximo do fim do mês, para apoiar os alunos na compra do passe, mas nunca o implementaram. De assinalar que há alunos que gastam mais de 150€ por mês em transportes.

- O facto de a população do curso ser, na sua maioria, bastante carenciada levava a que muitas vezes a Diretora de Curso e outros professores pagassem as viagens, entradas em espetáculos do seu próprio bolso e muitas vezes emprestassem dinheiro aos alunos em situações mais dramáticas. A sensibilidade do colégio a este nível era mínima e nunca foi tomada qualquer iniciativa no sentido de apoiar estas situações, mesmo quando o atraso dos pagamentos se arrastava ao longo do tempo.
- Os alunos que solicitavam o subsídio de alojamento tinham geralmente que aguardar que fosse aprovado pelo POPH, procedimento correto em termos financeiros e organizacionais, mas que em termos do valores veiculados pela escola e a mais básica solidariedade humana, pode ser questionado. Houve e há alunos que passavam por situações muito críticas a esse nível e às quais o colégio se revelava completamente insensível.

Com os formadores:

- Os pagamentos aos formadores eram também muitas vezes atrasados.
- Na maior parte das situações não foram assinados contratos com os formadores, havendo uma grande disparidade de situações, alguns que assinaram, outros que não assinaram, com minutas eventualmente diferentes. Há formadores que trabalham no curso há oito anos e nunca assinaram contratos. Outros há, que chegaram a mandar quatro vezes os seus documentos e de cada vez recebiam novos pedido de documentação porque os perdiam.
- No início deste ano letivo, numa reunião da Administração com os formadores para apresentação da nova coordenação, a Dra Catarina Craveiro mandou marcar falta a dois formadores, que tinham avisado que não podiam estar presentes na reunião. Questionada pelos restantes formadores, se as reuniões eram pagas, informou que não, deixando os formadores muito desagrados com o facto de ter marcado falta aos colegas. É de referir que os formadores sempre estiveram presentes nas reuniões da equipa pedagógica e quando faltavam, o que era raro, justificavam a sua ausência e enviavam toda a informação para a realização da reunião. Consideraram, por isso, que as reuniões extra atividade pedagógica, deveriam ser pagas.
- Os formadores dão muitas vezes aulas extras, principalmente na preparação de FCT's que nunca são cobradas e pagas. As poucas que têm conseguido ser pagas são as de realização das

workshops de sensibilização e seleção para o curso, mas sempre repetindo o processo difícil para qualquer aprovação.

Com a minha empresa:

- Os contratos com a minha empresa Sentido Directo, quando foram assinados, definiam sempre como limite de pagamento o dia 8 de cada mês, mas nunca foi cumprida essa data e às vezes tinha que telefonar a solicitar o pagamento. Embora atrasados pagaram sempre todos os meses, mas não era raro solicitarem uma segunda via da fatura, pois não sabiam do original. Ainda há bem pouco tempo fizeram dois pedidos dessa natureza.

Com o Plano de Atividades:

- Organizar uma atividade, FCT ou PAP era uma autêntica “odisseia”. O termo “odisseia” exprime bem todo o processo, pois iniciava-se com a apresentação do plano de atividades e respetivo orçamento, seguido de negociações para aprovação das verbas de cada atividade, que invariavelmente ficava por decidir e acabava por ter que se retomar e ser novamente analisado e discutido no mês anterior à sua realização ou mesmo na véspera. As contrapropostas da Administração eram por vezes surpreendentes e revelavam a completa ausência de conhecimento das necessidades reais da realização das FCT’s e do trabalho dos diversos profissionais envolvidos. Com o tempo, essa compreensão melhorou, mas os cortes foram sempre sugeridos e mesmo exigidos. Algumas vezes o mais difícil era o processo, pois acabavam por aprovar ao fim de um autêntico martírio de adiamentos, questionamentos e exigências de fundamentação e justificações, até ao último minuto, em que, em desespero, se aprovavam as verbas, mesmo em cima do possível cancelamento. A fase seguinte, era a disponibilização das verbas em tempo útil. Foi muito difícil conseguir definir um procedimento e nem sempre era fácil a adesão dos formadores às exigências da Administração. No entanto, todo este martírio se resolvia, se a atividade ou espetáculo fosse promovido pela própria Direção Pedagógica, como por exemplo o espetáculo “O Tempo” de homenagem ao Dr. Aurélio Fernando e encenado pelo professor Jorge Pinto, com a participação das três turmas (cerca de 60 alunos) e realizado em Riba de Ave. Sendo a resposta a um pedido da Dr^a Alzira Pereira, teve, mesmo não constando do plano de atividades, o orçamento sumariamente autorizado sem qualquer negociação, e os transportes dos alunos autorizados sem contestação e tudo o que foi necessário, foi disponibilizado. Não podemos deixar de notar a completa diferença de procedimentos, o que demonstra que nem sempre a dificuldade de aprovação de projetos se devia a questões financeiras.
- De referir também, que por várias vezes a Diretora de Curso ou eu, pagamos despesas do nosso bolso, que comprovadamente eram para uso da escola, quer em termos de responder a situações de urgência, quer porque tinham ficado por pagar. Para recebermos esse dinheiro, devidamente comprovado, estivemos quase dois anos e noutras situações recusaram-se claramente a fazê-lo, como foi o caso de um almoço com convidados para um espetáculo, que eu, também convidada, acabei por ter que pagar do meu bolso a despesa total e depois

recusaram-se a reembolsar-me. Ou, ainda a sugestão de que “comêssemos alguma coisa antes do jantar” para não terem que pagar os nossos jantares, num jantar com o Júri da PAP.

- O facto de ser uma “odisseia” fazer uma FCT ou qualquer atividade deu origem a que alguns formadores se recusassem conversar sobre orçamentos com a Administração, ou mesmo, tenham deixado de ser nossos formadores⁴.
- O mesmo processo condicionava qualquer compra. Geralmente, para se comprar seja o que fosse, era necessário solicitar autorização, o que não era problema. O que constituía problema era a aprovação, que geralmente demorava imenso, era acompanhada de sugestões nem sempre muito adaptadas e muitas vezes só surgia (quando surgia!), mesmo numa situação última. A decisão de criação de um fundo de maneiio para estas situações devidamente organizado, nunca foi efetivamente operacionalizada.
- Quando os espetáculos decorriam fora de Vila Nova de Famalicão, ou implicavam naturalmente o regresso dos alunos a casa, ao fim da noite, no final dos ensaios e dos espetáculos, era mais uma vez complicado, pois sendo uma situação que tinha que ser realizada, era sempre muito complexo aprovar esse transporte (ou porque não havia carrinha, ou não havia motorista disponível, ou porque os alunos tinham que ir de transporte público e adiantar o dinheiro, ou porque não havia dinheiro para contratar uma empresa, etc). Finalmente acabava por se resolver, mais uma vez, em cima da hora ou com a contratação de uma empresa, ou ainda com a boa vontade do funcionário e dos professores e pais. Uma vez, aquando do espetáculo “A Tempestade” (2012-2013), durante uma semana inteira de ensaios e espetáculos, não sabíamos se os alunos iam ter transporte de regresso, dia após dia, criando na coordenação uma ansiedade constante e a necessidade de estarmos disponíveis para o caso de não haver transporte. Era um tensão permanente. A ajuda e boa vontade do funcionário era fundamental, pois geralmente abdicava da sua vida pessoal para assegurar esses transportes, por vezes até às três da manhã.
- Em relação às idas ao teatro, essenciais nesta área de formação, o processo era também muito difícil, pois os alunos tinham que adiantar sempre o dinheiro, irem de transporte público e sujeitos aos horários dos mesmos, o que implicava quase sempre as idas ao teatro ao domingo à tarde, obrigando a Diretora de Curso e quem os acompanhava, a dispor do seu fim-de-semana, sem qualquer retribuição por parte do colégio. Além de não ganharem com isso, essas visitas de estudo eram consideradas “passeios” e não eram sequer valorizadas como oportunidades muitas vezes “únicas” de formação.
- No que respeitava à conceção e aquisição de material de divulgação do curso, essencial para a sua promoção nas mostras concelhias e escolares, o problema era recorrente. Geralmente, no mês de Janeiro, eu alertava a Direção e Administração que tinham que começar a ponderar que cursos iriam abrir no ano seguinte, para se começar a preparar a divulgação. Invariavelmente, ao longo destes anos, o processo foi deixado até às datas limites, muitas vezes só mesmo na

⁴Como aconteceu com o Prof. João Cardoso e mais recentemente com o Prof. Luís Mestre

véspera se conseguia o material para divulgação. A comissão de imagem da escola reunia, tudo se parecia encaminhar, mas geralmente as decisões não chegavam, o designer depois não tinha tempo e sempre havia discussão sobre o que fazer. Tive sempre alguma dificuldade em que aprovassem um folheto para divulgação específica do curso, de modo que muitas vezes improvisei cartazes e folhetos, que eram impressos à última da hora, com a aprovação um pouco contrariada da Direção e que acabavam por ser usados na divulgação. Um exemplo disso, foi a divulgação para o ano letivo 2014-2015. Com o argumento de haver uma linha gráfica definida, foi preparado com um folheto específico, mas que não era, na nossa opinião, em termos de design, minimamente apelativo para o curso. Tendo como objetivo realmente motivar a inscrição no curso, tive que propor e elaborar novos folhetos para acompanhar o primeiro. Naturalmente era sistematicamente chamada à atenção por o fazer, e depois davam-me também os parabéns pelo trabalho feito!

Estas questões foram alvo de muitas reuniões com a Administração e a Contabilidade, pois em conjunto com a Diretora de Curso e como responsáveis pela coordenação, havia situações que não compreendíamos e considerávamos pouco adequadas e fundamentadas no âmbito do funcionamento dos cursos profissionais. Todas estas dificuldades davam origem a um desgaste imenso, completamente desnecessário, conflitos e trocas de e-mails intensos e muitos problemas de comunicação. Todas as tentativas de operacionalização a este nível, caíam sistematicamente por terra. De referir que a maior parte destas situações eram trabalhadas com a Dr^a Catarina Craveiro que acompanhou o curso sempre de muito perto e é a responsável pela Administração, pois na maioria das situações a Dr.^a Alzira Pereira não estava presente.

Desde 2011 para cá, as notícias dos cortes à educação sucederam-se. Por três vezes tivemos situações que considero graves, pois houve um aproveitamento claro dessas notícias para condicionar de forma intencional o funcionamento do curso:

- A primeira situação ocorreu no início do ano letivo 2012-2013, em que o recém chegado contabilista Dr. António Costa, fez passar a mensagem que o curso dava imenso prejuízo e que não havia dinheiro para nada, mesmo para a realização de FCT's. Esta notícia deixou-nos muito assustadas e preocupadas. Foi necessário, em reunião com todos os elementos da Direção Pedagógica, Administração e Contabilista, solicitar que fizéssemos aí, com rigor, as contas e provar, que o financiamento do curso bem realizado, e sem fugas para outras utilizações, que não o curso profissional, não podia trazer prejuízo para o colégio e ainda permitia verbas para promover boas condições de funcionamento. A partir dessa data não se disse mais que o curso dava prejuízo. Temos suspeitas, que podem ser comprovadas por e-mails enviados à Diretora do Curso, Dr^a Helena Machado, da possível utilização de parte deste financiamento para o pagamento de indemnizações de despedimentos realizados na altura.

- A segunda situação aconteceu no ano 2013-2014, quando em Dezembro de 2013 nos foi informado pela Administração que o financiamento tinha tido um corte de 30% e que o plano de atividades tinha que ser reformulado em virtude disso. A coordenação passou as férias de natal a estudar como o fazer, pois o corte condicionava o desdobramento de turmas, as FCT's, as idas ao teatro e a PAP. Esse estudo foi apresentado à Administração que procedeu imediatamente a algumas mudanças. Em Fevereiro de 2014 tivemos conhecimento que o corte de 30% não existia efetivamente, pois era apenas resultante da transição do quatro comunitário, sendo completado posteriormente, e que a Administração tinha claro conhecimento disso, tendo-nos induzido a aceitar esse corte. Algumas das mudanças propostas mantiveram-se.
- A terceira situação ocorreu no início deste ano letivo, em que nos foi dito que não havia dinheiro para nada, não se aprovou o plano de atividades, se condicionou as idas ao teatro, dizendo que não havia verbas para isso. A não aprovação do plano de atividades impediu a articulação com a Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, não sendo possível programar espetáculos para este ano letivo, e perder as verbas de coprodução que geralmente ascendiam a 6.000,00€. A suspensão das idas ao teatro fez também suspender o protocolo com o Teatro Nacional de S. João, parceiro estratégico de longa data. Esta situação contribuiu de forma significativa para a tomada de posição de 24 de Outubro de 2014.

Além destas situações, há também o facto de, em 2012, a Diretora de Curso ter recebido indicações para a não marcação de faltas aos alunos, em alturas em que os alunos estavam a faltar por atrasos de pagamentos. E ainda em relação a faltas, a mesma ficou surpreendida, ao verificar que na contabilidade estavam a retirar faltas marcadas aos alunos antes de enviarem os mapas para o POPH. Estas situações podem ser comprovadas pela Diretora do Curso, Dr^a Helena Machado.

Conclusão:

Todas estas situações revelam **uma real incapacidade em se definirem procedimentos**. Os constantes atrasos de pagamentos, a cobrança aos alunos de verbas indevidas, a tentativa constante de fuga em realizar despesas (sendo geralmente aprovadas quando já não havia alternativa), as situações graves de manipulação da informação e o uso de procedimentos pouco claros ao nível dos pedidos de reembolso, indiciam **uma gestão centrada na utilização dos recursos financeiros**, pouco dirigida ao curso e às necessidades dos alunos que o financiamento público exige e garante.

“Facto 3 – O péssimo e permanente clima de mal-estar, desconfiança e falta de respeito pelas pessoas e de reconhecimento pelo seu trabalho. Derivado fundamentalmente dos problemas relatados nos factos anteriores o clima das relações institucionais é muito mau, em que a desconfiança e a falta de respeito são uma constante.

A equipa procura, junto dos formandos, que este clima não se repercuta, mas há momentos em que isso é completamente impossível, condicionando claramente o ambiente de trabalho”.

Trabalhar no EDF, nestes últimos anos, foi uma experiência que ninguém quer repetir se tiver alternativa. A dinâmica e o clima escolar entre os profissionais e a Direção e Administração atuais são muito maus, sendo que a mais valia são os excelentes profissionais que junto da população escolar conseguem, dentro da sala de aula, construir um clima produtivo e agradável.

Mas trabalhar e ensinar no Curso, em Vila Nova de Famalicão, era único e inesquecível. O clima era extremamente produtivo e bem disposto. Trabalhava-se por prazer horas e horas a fio, a relação professor-alunos era muito próxima, o espírito de partilha, respeito e colaboração eram construídos diariamente. O teatro une as pessoas e todos estavam ali porque gostavam, porque queriam fazer bem, porque queriam trabalhar em conjunto e porque tinham um objetivo comum, transformar o curso no melhor curso a nível nacional. Tínhamos orgulho na escola, no curso e nas pessoas. Os alunos eram respeitados pelo que eram e aceites como tal. São inúmeros os casos de alunos difíceis ou muito complicados que se encontraram, resolveram ou trabalharam problemas pessoais graves e evoluíram de forma surpreendente neste curso. Mas nada disto contou!

Atualmente a escola é dirigida pela segunda e terceira gerações de proprietários, que tendo nascido na escola a consideram como a sua casa, no sentido literal do termo. Podemos afirmar que as atuais diretoras nasceram diretoras, herdando os cargos sem terem desenvolvido um intenso programa de preparação para o mesmo, criando uma gestão “caseira” e pouco profissional. A Administração está entregue a outra “herdeira” que embora trabalhe imenso e procure esforçar-se muito nesse sentido, não tem formação na área administrativa, está assessorada por pessoas claramente incompetentes e carece muitas vezes de algum bom senso.

Assim é extremamente difícil trabalhar neste ambiente, principalmente devido aos seguintes factos:

- O tom arrogante, prepotente e autoritário em que as comunicações são realizadas, com especial destaque para as comunicações escritas (linguagem pouco cordial, em letras de tamanho grande e mesmo maiúsculas, negritos e sublinhados em tom pouco cordial) nos últimos tempos à Diretora do Curso;
- A qualidade das comunicações em reuniões e conversas, quer da Direção, quer do responsável pelo e.schooling, Prof. Miguel Brás, quer ainda do anterior Coordenador dos Cursos Profissionais, Prof. Paulo Jorge, dirigidas à Diretora de Curso, a ponto de eu ter que estar presente em reuniões, para que esta fosse tratada com cordialidade por esses senhores, como aconteceu no início do ano letivo 2013-2014, numa reunião sobre horários.
- As chamadas de atenção verbais em reuniões e em particular, em que o erro está sempre do lado dos outros. É de assinalar que neste colégio podemos ser chamados à atenção, como se fôssemos crianças, por termos realizado atividades ou tomado iniciativas (por exemplo, por termos feito, em desespero, materiais para divulgação ou porque temos boas relações com a autarquia). No dia seguinte pelas mesmas razões podemos ser elogiadas ou nos pedirem para usarmos os nossos conhecimentos.

- A dificuldade em obter a resposta a e-mails, pedidos de reunião ou a pedido de decisões. Como já referi, as decisões, ou são tomadas de forma imediata e impulsiva, ou demoram uma eternidade, como se pode comprovar facilmente, sendo geralmente tomadas *in extremis* e às vezes sem uma reunião e discussão ponderada.
- As pessoas no colégio têm medo de falar, não se atrevem a dar a sua opinião e geralmente não contrariam certas pessoas. Frases como *“mas ainda tem o seu emprego...”* e a assinatura e apropriação de textos que são elaborados por outros, é prática comum.
- A construção intencional de uma imagem negativa do curso, junto da comunidade escolar da escola sede. *“Os alunos do teatro são uns selvagens”, “não respeitam regras”; “os professores de teatro são pouco rigorosos e baldas”; “aquilo são só macaquices”;* são frases que se ouviam facilmente em Riba de Ave e eram partilhadas por algumas pessoas com capacidade de influencia. Recordo um episódio que ocorreu depois da tomada de posição, em que o Sr. Paulo Guimarães, marido da Dr^a Catarina, fotografou intencionalmente, sem autorização, fora da escola, dois alunos do CPAE-I, maiores de idade, a enrolar tabaco e depois veio afirmar, usando a fotografia, que havia *“alunos a fumar charros!”*. Provou-se, na hora, que isso não era verdade, mas a atitude mostra a clara intencionalidade em denegrir a imagem dos próprios alunos e do Curso.
- Referindo-nos aos últimos dois anos não há uma medida dirigida ao bem estar dos formandos que não tenha sido solicitada ou obrigatória. Podemos referir que, para o apoio ao almoço dos alunos foi solicitada, no início deste ano, a compra de um micro-ondas para que pudessem aquecer o almoço, já que os anteriores micro-ondas pertenciam a alunos que entretanto acabaram o curso. Apresentamos um orçamento de uma promoção de dois micro-ondas por 75€. Foi negada a solicitação, porque já pagavam subsídio de refeição aos alunos e por isso não tinham que comprar micro-ondas. Tiveram que ser os alunos a comprar.
- A responsável pelo curso na Direcção Pedagógica, Dr^a Alzira Pereira, não assistiu a qualquer espetáculo no último ano letivo e, no anterior, apenas assistiu ao espetáculo *“ O Tempo”* em homenagem ao Dr. Aurélio Fernando, seu pai e fundador do colégio. Penso que muitas vezes não tinha sequer ideia que iria haver espetáculos, só tendo conhecimento porque era convidada por nós (pessoalmente ou por e-mail – quando o lia!). A Dra Catarina, responsável pela Administração estava sempre por dentro de todos os problemas e assistiu a praticamente todos os espetáculos, não só porque gostava, mas também para controlar o investimento realizado. De referir, que o Vereador da Educação nunca faltou às nossas FCT’s e PAP’s e, sempre que podia, aparecia nas aulas abertas, assim como o Diretor da Casa das Artes. Posso também afirmar que a Dr^a Alzira Pereira, nestes dois anos em que assumimos a coordenação do curso, apenas veio a Famalicão para uma reunião com os pais no início do ano letivo 2012-2013; para uma entrevista com a RTP e para a assinatura do protocolo com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão para a instalação do Centro de Criação das Lameiras.

- Nos últimos tempos, não houve qualquer preocupação em saber o que os alunos andavam a fazer em termos profissionais, e geralmente, essas informações eram desvalorizadas. Recordo um pequeno incidente, numa edição do jornal da escola “O Boca Aberta”, que surgiu com bastantes publicações do Curso, porque efetivamente houve muitas atividades, o que provocou alguma irritação à Dr^a Alzira Pereira. A partir daí, das inúmeras atividades do Curso, apareciam apenas alguns apontamentos e sempre relegados para páginas pouco expostas. O mesmo se pode constatar, no anuário da escola, em que as fotos das atividades do CPAE-I, que são naturalmente muitas, pouco aparecem.
- Havia claramente assuntos que geravam enorme tensão:
 - Um, era o uso efetivo ou não das batas e equipamentos. A primeira preocupação da Dra Alzira, quando lhe falei na ideia da ida do curso para Famalicão, foi com as batas, e isso manteve-se, e ainda hoje é uma das suas maiores preocupações.
 - Outro era, as referências ao curso como sendo de Vila Nova de Famalicão. Por mais do que uma vez, fomos chamadas à atenção porque o Vereador da Educação se tinha referido ao curso simplesmente como “Escola de Teatro de Famalicão” ou porque, um aluno, que estava a trabalhar em Lisboa, o tinha escrito no Facebook. Como se tais comunicações fossem da nossa responsabilidade!
 - Outro ainda, era a presença dos alunos do Curso no dias e festividades ligadas do colégio. Nunca nos recusamos, como sistematicamente nos acusam, a ir com os alunos do curso a Riba de Ave. Pelo contrário, como se pode ver pelas várias iniciativas que conseguimos realizar: espetáculo “O tempo”; projeto Minimeus; participação nas Delfíadas, entre outras. O problema residia sempre nos transportes, pois a Administração exigia que os alunos adiantassem o pagamento nos transportes públicos e não se preocupava em criar condições para a deslocação dos alunos, quando o próprio colégio tem uma frota de carrinhas à disposição. Esta situação era sempre muito complicada e conduzia muitas vezes à recusa de os alunos em irem, ou porque não tinham dinheiro para adiantar ou porque o consideravam incompreensível. Invariavelmente, nesta situação éramos acusados de não querermos vir a Riba de Ave e de na comunidade escolar se comentar que não participávamos nas atividades. Geralmente, a explicação da Direção era de que nos recusávamos a ir. Sempre que a situação dos transportes se ultrapassou, foi porque havia interesse direto da Direção na nossa presença. Não foi o curso que se afastou do colégio, mas sim a Direção que se afastou claramente do curso.
- A falta de respeito pelo processo formativo, os formandos e profissionais é uma constante: por várias vezes assisti à interrupção de aulas quando ainda estava em Riba de Ave. Nos dois últimos anos, poucas vezes isso aconteceu com o Curso, mas a Coordenação teve muitas vezes que se adaptar às marcações ou idas em vão a Riba de Ave, ou mesmo manhãs inteiras perdidas para se conseguir reunir dez minutos. Um exemplo destes procedimentos, foi a

suspensão das aulas do curso numa tarde, para a realização de uma reunião às 16:00 em Riba de Ave, em que tinham que estar presentes todos os elementos funcionais que estavam em Vila Nova de Famalicão. A Direção pediu aos formadores que tinham aulas marcadas, que sumariassem a tarde toda, apesar de suspenderem as aulas às 15:30, pois o espaço encerrava. Naturalmente, alguns professores da componente técnica recusaram-se a fazê-lo, e foram dar as aulas para a Casa das Artes. Esta situação foi reportada pelo Prof. João Castro, no início deste ano letivo.

Conclusão: O clima de trabalho com a Direção e a Administração era muito mau, com uma clara intencionalidade em denegrir o curso e a coordenação. Havia pouco acompanhamento e apoio às atividades, muitos problemas e tensões criadas sobre problemas pequenos e mesmo pouco importantes, e uma contínua e marcada despreocupação com a planificação, acompanhamento e organização efetiva do curso.

“Facto 4 – A total desvalorização da importância dos parceiros e do caráter regional do curso. Os parceiros de um curso profissional são determinantes para a aprovação de uma candidatura ao POPH. (...) Estão entre os principais a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, o Teatro Nacional de S. João e as companhias de teatro com formadores no curso..”

A Direção sistematicamente desvalorizou e muitas vezes pôs em causa, a excelente relação que a equipa e o curso tinham com os parceiros. Como se a escola não fosse a mesma e não beneficiasse por vezes de modo significativo, do apoio desses parceiros.

Por outro lado, parecia não haver a noção que 69% dos alunos que frequentam o 10º ano são de outros concelhos, dando naturalmente ao curso um caráter regional que não se pode escamotear. É esse caráter regional e a qualidade reconhecida que têm garantido a manutenção do curso no EDF.

A tomada de posição do dia 24 de Outubro, ocorreu também, porque a relação que se tinha estabelecido com os parceiros essenciais estava a ficar seriamente comprometida.

São exemplos:

- a desvalorização e mesmo desconfiança em relação aos apoios vindos da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, colocando em risco as três coproduções com a Casa das Artes, e perdendo cerca de 6.000,00€ de apoio financeiro às produções. De referir, que além desse apoio, a Casa das Artes disponibilizava muitas vezes espaços (sala de ensaio, café concerto e mesmo pequeno auditório) para a realização de atividades e aulas. A Câmara Municipal, através de um projeto “Quadrilátero Cultural”, que visava a instalação de um Centro de Criação, equipou as duas salas técnicas com equipamento de luz, som e imagem no valor global de 40.000,00€ que se encontra a ser usado, quase exclusivamente, pelo CPAE-I. Ainda a Câmara, apoiou e financiou a luz e som, para realização de um mega-espetáculo na Concha Acústica, no Parque da Devesa, proporcionando aos alunos uma oportunidade única, e a que assistiram cerca de 5.000 pessoas. Tudo isto, são os grandes apoios da autarquia, porque, ao

longo dos oito anos do curso, mas mais nestes dois últimos anos, o apoio em termos de transportes, pequenas ajudas a atividades, presença e valorização têm sido uma constante.

- O Teatro Nacional de S. João, tem sido um parceiro desde o primeiro dia do curso, e o protocolo que tínhamos com ele, era essencial em duas vertentes: a assistência dos nossos alunos às produções do TNSJ em condições excepcionais, em termos de custos e de horários, e a cedência e empréstimo, a custo zero, de equipamentos, figurinos e adereços para as nossas produções. A desvalorização, e mesmo falta de respeito pelo protocolo, invalidou-o, condicionando irremediavelmente a ida ao teatro dos nossos alunos e apoio às produções.

Ao enviarmos para a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e para o Teatro Nacional de S. João, a tomada de posição do dia 24 de Outubro, não estávamos, a nosso ver, a expor o EDF, mas sim a informar parceiros permanentes e essenciais para o funcionamento do curso.

Conclusão: As decisões tomadas pela Direção e Administração colocam em causa de forma grave a qualidade e funcionamento do curso, numa visão egocêntrica e auto-destrutiva.

“Facto 5 – A mudança inesperada da equipa coordenadora do curso. No final do ano letivo anterior foi realizada uma mudança inesperada e significativa na equipa coordenadora, afastando a pessoa que apoiava a Diretora do Curso e iniciando um processo de progressivo esvaziamento das funções da Diretora de Curso. Foram substituídas por duas pessoas hierarquicamente superiores: a Coordenadora dos Cursos Profissionais e o Coordenador Pedagógico. Estas mudanças provocaram naturalmente efeitos e reações, não estando a sua integração no curso a ser fácil, colocando em causa toda a dinâmica e trabalho até então realizados e que levou o curso até ao reconhecimento que tem hoje.

O afastamento da anterior coordenação do curso, primeiro com o meu afastamento da coordenação e depois com o esvaziamento de funções da Diretora de Curso, penso que resultaram, mais uma vez, de uma decisão impulsiva e pouco racional da Direção, apoiada pela Administração e Contabilidade.

Enquanto da parte da Direção o objetivo era controlar a visibilidade e, porque não dizê-lo, o protagonismo do curso, considerando como solução para tudo o regresso a Riba de Ave, da parte da Administração e Contabilidade a ideia era conseguir um funcionamento próximo do que tinha acontecido com o Curso Profissional de Restauração, para a Administração referência e modelo sistemático de “bom funcionamento”⁵.

Assim, foram escolhidos e apresentados como superiores hierárquicos, tal como já referi anteriormente: o Dr. Miguel Brás, anterior responsável pelo programa dos horários e-schooling, com quem a Diretora de Curso tinha com frequência problemas no ano anterior por causa dos horários e do programa, e a Dr^a Sandra Barbosa⁶, anterior Diretora do Curso Profissional de Restauração.

⁵ Recomenda-se a consulta dos índices de acesso ao ensino superior, ou mesmo de empregabilidade deste curso. Eram públicas as imensas dificuldades que este curso teve ao nível da existência de materiais e equipamentos para a realização das aulas práticas, da aquisição tardia do vestuário profissional obrigatório, das aulas em que os professores não estavam presentes e em que não se fazia nada, num curso em que o financiamento era superior ao do CPAE-I.

⁶ O Dr. Miguel Brás e a Dr^a Sandra Barbosa são casados.

A entrada dos novos elementos coordenadores do curso foi numa atitude muito pouco aberta e colaborante. A atitude era de quem “vinha pôr ordem no teatro”. Não fizeram qualquer esforço para compreender a dinâmica do curso, tal como pode ser comprovado pelos vários elementos da população escolar.

- O Dr. Miguel Brás é uma pessoa com um comportamento difícil, pois reage com grande intensidade e mesmo agressividade quando algo o põe em causa, embora, também seja capaz de analisar e discutir ideias com alguma calma. É sempre uma pessoa muito afirmativa e mesmo intimidante.
- As comunicações realizadas pelo Dr. Miguel Brás em contexto de sala de aula e as suas atitudes foram, na nossa perspetiva, completamente inaceitáveis, quer no contexto, quer na forma, quer no conteúdo, quer no alvo a quem as dirigiu. O seu comportamento, quando chegou ao conhecimento da Direção exigia, no mínimo, uma análise ponderada e uma recolha de informação cuidada, que não ocorreu, sendo o facto completamente desvalorizado pela Direção. Tratava-se da pessoa que iria assumir a coordenação do curso, um curso de teatro!
- Comportamento, gera comportamento, e o tipo de atitudes assumidas pelos novos superiores hierárquicos deram naturalmente origem a outras atitudes por parte dos alunos e dos formadores. Em pouco tempo (duas semanas) o clima e ambiente escolar sofreu uma completa alteração. Atendi, enquanto psicóloga, nessa fase, vários alunos e encarregados da educação que estavam muito preocupados com o clima criado e que não conseguiam compreender o que estava a mudar, revelando grande preocupação. Posso referir no que respeita a encarregados da educação: a tia da Maria Inês Granja; os pais o Miguel Machado do 11º ano; a Mãe da Soraia Maia; a mãe da Mariana do 10º ano e os pais da Frederica Roque do 11º ano, entre outros.

A falta de bom senso do modo como se queriam impor regras, a pouca disponibilidade para o diálogo e para compreenderem a dinâmica do curso, a crítica permanente a tudo e todos, contribuíram para a tomada de posição do dia 24 de Outubro.

Conclusão: o afastamento da coordenação obedeceu a fatores mais de ordem pessoal do que a uma visão objetiva e racional de quem dirige uma escola, demonstrando, mais uma vez a **falta de profissionalismo da direção, sustentada pelos interesses de ordem financeiro e organizacional da Administração**. A forma como lidaram com as atitudes e comunicações do professor, demonstra o enviesamento da posição da Direção em relação ao curso, o que naturalmente contribuiu definitivamente para a tomada de posição da comunidade educativa.

Ponto 5 – A Tomada de Posição do dia 24 de Outubro de 2014

A tomada de posição surgiu do acumular de todas estas situações, das atitudes e comunicações da nova coordenação, dos condicionalismos que estavam a ser colocados pela Direção e pela Administração. A qualidade e dinâmica até então construídas estavam a ser ameaçadas. O ambiente de trabalho e de

aprendizagem estava completamente alterado e as parcerias e protocolos em sérios riscos. As expectativas dos alunos e pais e encarregados da educação estavam defraudadas e os projetos que se tinham pensado, nem chegaram a ser implementados.

A redução de horário, que me tinha me tinha sido imposta, e a minha saída da coordenação, não foram bem recebidas pela comunidade do curso mas, com espírito positivo, procurámos ir lidando com a situação.

Ninguém estava satisfeito, de modo que se resolveu solicitar uma reunião para se debater a situação. Algumas das cartas enviadas não eram muito agradáveis, mas refletiam o que as pessoas pensavam, eram fundamentadas e tentavam perspetivar um futuro para o Curso. O que se pretendia, era conversar realmente com base em situações concretas, e encontrar algumas soluções para os problemas (antigos e recentes). As atitudes do Coordenador Dr. Miguel Brás e a passividade da Direção a esse nível, foram sem dúvida, o rastilho para a tomada de posição.

Procurava-se o que já se tinha tido, e propunha-se uma solução em que todos ficariam a ganhar.

Mas não foi entendido dessa maneira pela Direção do EDF.

- Nos dias seguintes, tivemos a visita do Sr. Paulo Guimarães que passou a manhã a observar, a analisar e a tomar notas sobre tudo o que se fazia na escola. Nos outros dias, ou veio tratar da fotocopiadora ou surgiu, vindo do nada, com a foto no telemóvel, no episódio já relatado da foto dos alunos a fumar fora da escola.
- O clima começou a ficar muito tenso, os alunos muito ansiosos, os professores descontentes. Houve manifestações de desagrado ao uso dos equipamentos e ao atraso nos pagamentos, às quais não assisti.
- No dia 30 de Outubro fui chamada à Direção e sumariamente (cerca de 15 minutos) a minha empresa foi dispensada de todos os seus serviços⁷. Foi-me dito para ir buscar as minhas coisas a Famalicão no dia seguinte, a uma hora fora do funcionamento da escola, acompanhada por um funcionário que tinha como indicação acompanhar-me para onde quer que eu fosse. Como psicóloga, tenho o hábito antigo de só fazer os registos escritos estritamente necessários, pois as escolas geralmente não me oferecem garantias de confidencialidade dos dossiers e porque é assim que sempre funcionei. Geralmente só escrevo a informação em relatórios, quando são solicitados, ou quando tenho que passar algum caso. Assim tinha pouco material para trazer.

⁷ Como já havia referido além da minha prestação de serviços, a minha empresa tinha uma equipa de excelentes profissionais que sobre a minha coordenação davam apoio na componente pedagógica das FMC. O projeto das FMC terminava no final de Dezembro de 2014, cerca de dois meses depois. Dispensaram também sumariamente esse serviço ,não honrando os contratos então estabelecidos. Esta situação pôs naturalmente em risco a conclusão do projeto das FMC, pois havia formações a decorrer, a iniciar e a finalizar. Suspenso de um dia para o outro, sem qualquer transferência de informação, o projeto terá muita dificuldade em ser concluído com êxito e tememos que os reembolsos sejam difíceis de concretizar, com prejuízos de largas dezenas de milhares de euros. Aliás, quinze dias depois da dispensa de serviços, a minha funcionária Dr.ª Juliana Carvalhal, recebeu um telefonema do Dr. António Costa, contabilista do EDF, a convidá-la, a título pessoal, para ir finalizar o projeto e propondo-lhe um pagamento muito acima do que nós estávamos a auferir. Ela ouviu a proposta e num encontro que teve com ele posteriormente, disse-lhe que só aceitava encerrar o projeto através da nossa empresa. Ele não levantou problemas, mas disse que afinal não havia disponibilidade financeira para o fazer.

Como se pode deduzir, já iniciamos os procedimentos legais em relação ao EDF, mas este pequeno incidente vem demonstrar a falta de ética profissional e a inconsequência com que se tomam decisões nesse colégio.

- A suspensão sumária de um apoio ao nível psicológico é algo que tem que se realizar com cuidado e é fundamental, que o técnico suspenso transmita a informação ao técnico que irá continuar esse processo. Isso sempre foi respeitado por mim, mas nesta situação, não me foi sequer solicitado este procedimento, e nem me foi permitido falar com os alunos que estavam a ser acompanhados e que me inspiravam mais preocupações. Esperei, que quando fosse substituída, esse pedido surgisse, mas até agora ele não aconteceu e na semana seguinte já havia um substituto.
- É importante frisar que o apoio psicológico neste curso é fundamental, uma vez que é uma população com características específicas⁸, num curso, que se tiver qualidade, exige a confrontação consigo mesmo, a exploração e vivência de emoções e experiências (o que nem sempre é fácil), isto associado a percursos pessoais e escolares muito complicados, a problemas de identidade sexual e à ansiedade, instabilidade e características próprias da fase de adolescência e transição para jovem adulto. Orgulho-me de afirmar que ao longo destes anos do curso e nestes dois últimos anos em particular, fiz o mais belo e rico processo de apoio a jovens em contexto escolar nos meus quase 30 anos de carreira.
- Alguns alunos estavam em processo de apoio, não sendo fácil suspender esse trabalho e em alguns casos, as consequências irão ser graves, senão dramáticas. Nunca, em qualquer momento vi essa preocupação expressa pela Direção. Assim, optei por enviar uma carta aos elementos da comunidade escolar no sentido de salvaguardar esta quebra de apoio que era independente da minha vontade.

Ponto 6 – As Consequências da Tomada de Posição

Na tomada de posição mostramos a preocupação que tínhamos em relação ao clima que se vivia no curso. Num espaço muito curto de tempo, todo o processo relacional e clima de trabalho ficaram condicionados, e a informações e indicações que recebíamos estavam a pôr em causa um projeto educativo, que efetivamente existia para o curso.

“(…)O clima é de grande tensão e a análise da situação com ponderação e eficiência é determinante para efetivamente tudo se resolver da melhor forma para todos. (...) Caso a reunião não se realize rapidamente, não podemos garantir que, atendendo à situação de tensão e de indefinição do curso, não sejam tomadas posições mais extremas e expressivas.”

Três meses depois a reunião ainda não se realizou e as consequências são na nossa perspetiva arrasadoras.

Os alunos estão infelizes, pouco motivados, sem esperança e projetos. Há alguns alunos, casos que eu estava a acompanhar, que me procuram, pois alguns deles exibem retrocessos graves ou situações marcadas de depressão e ansiedade.

⁸ Optar com 15 anos por um curso de teatro não é fácil e muitas vezes enfrenta-se muitas dúvidas e pressões externas da família. Além disso há muitos alunos que não se enquadravam no ensino tradicional e noutros cursos, ou que têm percursos pessoais e escolares muito complicados, ou que retomam o secundário quando já estavam a frequentar o 12º ano, ou ainda que haviam deixado de estudar e regressam à escola.

Os pais não sabem mais o que fazer, pois veem o desânimo dos filhos quando antes os viam transformados e felizes.

Substituíram-se, mais uma vez sumariamente, a quase totalidade dos professores da componente técnica, e o modo como o processo ocorreu, dificilmente irá facilitar a integração dos novos professores. Por mais competentes e esforçados que sejam, são vistos pela maioria dos alunos como substitutos, o que naturalmente condiciona a motivação e envolvimento na formação.

A Dr^a Helena Machado encontra-se suspensa com um processo disciplinar, que todos consideram injusto e o curso perdeu claramente identidade.

A minha ausência é muito sentida e gera uma insegurança muito grande, não facilitando o trabalho do técnico que me substituiu.

Ao longo destes três meses, muitas queixas, tomadas de posição, manifestações, cartas e comunicações foram realizadas. Umhas mais emocionais e outras mais pensadas e sensatas, mas da parte da Direção do colégio as respostas foram sempre de autoritarismo, resistência ao diálogo e acusadoras.

Sei, e tenho consciência, que toda a ex-equipa pedagógica e a ex-equipa coordenadora em particular, são acusadas de manipular os alunos e de querer “roubar” o curso ao EDF. Refuto inequivocamente essas acusações porque sei que não são verdadeiras. Assumo-me culpada, sim, e penso que os meus colegas também, de termos promovido nos alunos, ao longo destes anos de curso, a capacidade de pensarem por eles próprios, de quererem saber mais, de respeitarem e aceitarem os outros como eles são, de exprimir sem medo as suas opiniões, de serem criativos, de ousarem, de persistirem e de esforçarem por atingirem objetivos por muito que isso custe e seja difícil e, principalmente, de serem livres de se expressarem e emitirem opiniões. Essa era a prática diária, demonstrada não por palavras vãs, mas pelos comportamentos e atitudes de toda a equipa pedagógica. Porque acreditávamos incondicionalmente neles como pessoas e no grupo como um todo. Só assim se pode ir para o palco. E foi isso que lhe procuramos ensinar.

Eles não são manipulados, eles pensam e agem por si próprios, criativos, sem medo e lutando pelo que acreditam.

Sinceramente, embora tema muito pelo futuro do curso e destes alunos, tenho um enorme orgulho neles.

CONCLUSÃO

Assim, as minhas queixas não são em relação às decisões tomada pela Direção e Administração como donas e proprietárias de uma empresa. Como donas e proprietárias, podem e devem tomar decisões, não me cabendo a mim, nem a ninguém, contestá-las.

As minhas queixas vão no sentido de que essa empresa é uma escola. Escola privada, é certo, mas com contrato de associação e o CPAE-I é financiado com dinheiros públicos. Como tal, tem obrigações e deveres públicos:

Tem o dever

- de assegurar uma formação de qualidade com a qual se comprometeu;
- de colocar os interesses dos alunos em primeiro lugar;
- de respeitar os pais e encarregados da educação;
- de corresponder às expectativas dos alunos e encarregados da educação;
- de promover um clima saudável de trabalho e de respeito pelas pessoas/profissionais que aí trabalham;

Tem a obrigação:

- de ser competente na gestão da organização educativa;
- de utilizar os dinheiros públicos de forma correta e de acordo com o que está definido;
- de responder às solicitações da comunidade escolar e zelar pelo seu bem estar;
- de zelar pelo bom nome da própria organização e pela sua imagem pública, não a colocando em risco.

Perante todo este conjunto de situações apresento à Inspeção Geral da Educação e Cultura as seguintes queixas:

- Apresento queixa **pela forma pouco profissional e competente com que a Direção do Externato Delfim Ferreira conduziu o curso até este ano letivo;**
- Apresento queixa **pela forma irresponsável, impulsiva, autoritária e arrogante com que a Direção do EDF conduziu todo o processo** subsequente à tomada de posição do dia 24 de Outubro de 2014;
- Apresento queixa pela **dispensa sumária da minha coordenação do curso** e posteriormente **dos nossos serviços de psicologia**, alegando apenas desinteresse da nossa parte em celebrar o contrato, sem qualquer outra razão e após um excelente trabalho, **colocando em causa a segurança e estabilidade psicológica de todos os alunos e a conclusão pedagógica e financeira de projetos da própria organização;**
- Apresento queixa **pelas decisões arbitrárias** de uma Direção que suspende e coloca processos disciplinares a quem não merece, e esquece a evidência de, pelo menos, realizar processos de averiguação a quem claramente desrespeita alunos e profissionais de teatro.
- Apresento queixa **pela falta do mais elementar respeito pelas pessoas**, principalmente pelos alunos e encarregados da educação e professores, por parte da Direção do EDF.
- E principalmente, apresento queixa **pela falta de respeito pela sua própria instituição**, pelo seu bom nome e pelos princípios formais do que é uma escola, tomando decisões por impulso e capricho, esquecendo as responsabilidades institucionais, educativas, humanas e sociais que quem gere uma escola deve, na minha perspetiva, sempre respeitar, colocando a própria instituição e o curso em risco, sem qualquer necessidade.

A escola existe para servir os alunos e não os seus interesses ou caprichos pessoais.

Um diretor faz-se, não se nasce!

Ao finalizar quero deixar aqui expressa a única forma que encontro para descrever toda esta situação, por vezes difícil de explicar.

“Uma criança tem um brinquedo, não brinca com ele, nem lhe liga.

Chega outra criança e começa a brincar com ele. Faz umas brincadeiras giras e todos aplaudem. A primeira criança não gosta e arranca o brinquedo das mãos da segunda, preferindo parti-lo a deixar que ela brinque com ele...”

Assim se descreve bem toda esta situação.

Só que o brinquedo é um curso com 67 alunos.

Estando à disposição para qualquer esclarecimento

A Psicóloga – Liliana Moreira

ANEXO 2 - Carta enviada por mim ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário e 24 de Fevereiro de 2015

Vila Nova de Famalicão, 24 de Fevereiro de 2015

Ex.mo Sr. Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário

Prof. Doutor Fernando Egídio Reis

Venho por este meio expor uma situação que está a colocar um grupo significativo de jovens em risco e que, por isso, me está a preocupar imenso, como profissional e como pessoa. Recorrendo a uma abordagem técnica, mais do que pessoal, alerto para a situação, esperando que não seja necessário acontecer algo mais grave, para depois se vir a intervir tarde demais.

A minha empresa Sentido Directo, Serviços de Psicologia, prestou até 30 de Outubro de 2014, serviços de psicologia junto do Curso Profissional do Externato Delfim Ferreira. Como já devem ter conhecimento, houve uma série de acontecimentos que levaram ao meu afastamento como psicóloga, o afastamento da Diretora de Curso, a suspensão e posterior substituição dos professores da componente técnica e um processo de protesto por parte dos pais e dos alunos do Curso. Essa situação ainda se arrasta, tomando contornos que estão na origem desta carta.

Logo nos dias após a minha suspensão, fiz uma carta dirigida à comunidade escolar onde referia a minha preocupação pela suspensão sumária e imprevisível do apoio psicológico aos alunos do curso, tentando salvaguardar-me em termos profissionais, éticos e deontológicos mas, principalmente, pela real e fundamentada preocupação com os alunos e procurando evitar as consequências que atualmente são, infelizmente, uma evidência.

Num curso profissional, e de forma mais concreta um curso profissional de teatro, o apoio psicológico é fundamental, uma vez que é uma população com características específicas, num curso que, se tiver qualidade, exige a confrontação consigo mesmo como pessoa, a exploração e vivência de emoções e experiências (o que nem sempre é fácil!) e o lidar com a exposição permanente. Estando a falar de jovens, às vezes, com percursos pessoais e escolares muito complicados, com problemas de identidade sexual, com a ansiedade, a instabilidade e as características próprias da fase de adolescência e transição para jovem adulto e ainda, muitas vezes, com muitas inseguranças, dúvidas e resistências (quando não é oposição clara) das famílias em relação à escolha vocacional realizada, esse acompanhamento é ainda mais exigente e imprescindível.

Posso referir, que nas três turmas que apoiava, tinha um grande número de alunos que vinham de famílias desestruturadas, com problemas de alcoolismo, de saúde mental, com grandes dificuldades económicas e processos muito complexos em termos familiares.

Por outro lado, tinha jovens com histórias pessoais de abuso sexual, de bullying, de absentismo e abandono escolar, de insucesso repetido, de violência doméstica, de problemas de hiperatividade, agressividade, mau comportamento e dificuldades de aprendizagem (nomeadamente perturbações de

leitura e escrita - dislexia), de alunos que já tinham abandonado o sistema educativo, de perturbações de ordem psicológica, desde perturbações alimentares (anorexias e bulimias), de processos depressivos estruturados, de transtornos de ansiedade e pânico, de transtornos obsessivo-compulsivos com crises dissociativas, de doentes oncológicos e com limitações em termos visuais, etc.

Tinha ainda jovens com percursos comuns, famílias estruturadas, excelentes alunos e outros, que inclusivamente abandonaram o 12º ano, com sucesso noutras áreas, para retomar o 10º ano em teatro. Costumava afirmar que ninguém vinha para teatro por acaso. Não é um curso em que os jovens se inscrevam, ou a família os deixe inscreverem-se sem razões. Eles inscrevem-se no curso porque querem muito ou porque já nada mais funcionou, mas mesmo assim, porque o teatro ou a vida artística os motiva e envolve. Independentemente do percurso e das motivações que os levam ao curso, todos têm uma característica comum - todos adoram teatro!

Orgulho-me de afirmar que ao longo destes anos do curso e nestes dois últimos anos em particular, fiz o mais belo e rico processo de apoio a jovens em contexto escolar nos meus quase trinta anos de carreira. Todos os alunos estavam em constante acompanhamento e apoio. Este apoio era trabalhado em equipa, em que o psicólogo era mais um elemento que apoiava os professores, pais, funcionários e alunos no processo, quase de forma invisível, mas muito presente e permanente, fazendo atendimentos individuais só quando era solicitado ou absolutamente imprescindível. Todo o acompanhamento se passava no próprio contexto, na situação de aula, de apresentações e espetáculos, de organização do espaço e do tempo, nos acontecimentos e episódios.

A título de exemplo, posso explicar que mais do que a sua história passada, o que nos importava no aluno era a sua atitude perante a aprendizagem e a escola. Se tínhamos um aluno disléxico, o que nos importava era a forma como ele se posicionava perante um texto, a leitura e a interpretação do mesmo. Aí todos os professores intervinham, (às vezes até mais os professores das disciplinas técnicas do que as do português) naturalmente, sem pressões, despertando-lhe o interesse para a leitura e procurando mais as ideias do que a forma. Depois de ele começar a gostar de ler e mostrar escrevendo as ideias fabulosas que era capaz de ter, trabalhávamos naturalmente (muitas vezes eram eles próprios a querer corrigir) o processo de escrita. Tínhamos alunos disléxicos a tentar escrever livros, mas principalmente a não ter medo de ler e de escrever e sobretudo, de interpretar.

Outro exemplo, para falar dos mais simples, eram os alunos com absentismo, ou com problemas de comportamento. Geralmente eles começavam o ano motivados e o processo era cativá-los logo no início para as aulas. Elas eram tão motivadoras e interessantes que eles é que não queriam faltar. E se verificávamos que mesmo assim faltavam, aí agíamos tentando compreender o que não estava a funcionar, entendendo as suas motivações e barreiras e envolvíamos-os no processo. Qual é o aluno que falta quando é o protagonista, os colegas dependem dele, ou sabe que a aula vai ser muito divertida?

Era este o processo. Todos se interessavam por todos e todos lutavam por todos. Não era só a psicóloga ou o professor que se preocupava com os alunos, mas os alunos que se preocupavam com a psicóloga ou com o professor. E desiludir um professor era algo que eles não queriam, assim como desiludir um

aluno era também algo a que os professores não se permitiam. Todos tinham que ser profissionais e ter atitude de profissionais⁹.

Problemas? Havia muitos, mas resolviam-se dia a dia, em conjunto, com muita disciplina, mas principalmente com muito respeito pelas pessoas. Ouvia-se as pessoas, passavam-se sermões, castigava-se, às vezes duramente¹⁰, os comportamentos pouco corretos, mas sempre se dava um sorriso e nunca se deixava de acreditar nos alunos e na sua possibilidade de mudar para melhor. Nunca a polícia foi chamada à escola, dificilmente um aluno em apuros não era atendido ou acompanhado, trabalhava-se aos fins de semana, nos feriados, de manhã, à tarde e à noite. Trabalhava-se nas férias enquanto os outros jovens já se encontravam sem aulas. E regressava-se às aulas cheios de vontade de trabalhar, curiosos quanto aos novos professores que cada ano se contratavam para lhes permitir melhor formação.

Todos os professores trabalhavam assim, não porque fosse assim estipulado, mas porque era esse o clima e naturalmente se envolviam, por pouco tempo que estivessem na escola. Ensinava-se e aprendia-se com prazer e por prazer. E era muito bom andar e trabalhar naquele curso em Vila Nova de Famalicão.

E três anos depois eles saíam autónomos, inteiros, seguros de si e com vontade de aprender cada vez mais e de enfrentar os desafios. Hoje são profissionais ou estudantes com muita qualidade, que vencem as limitações e os desafios com muito trabalho e dedicação. Procuram a cultura, procuram ser bons, como profissionais e como pessoas. Os resultados académicos obtidos foram francamente muito bons e pela primeira vez em quase trinta anos de carreira em contexto escolar não tive dúvidas (apesar de as ter todos os dias) de que estávamos a intervir e a formar pessoas da forma certa.

Este curso, estava integrado no Externato Delfim Ferreira e no início de Setembro de 2014, tal como já referi, a Direção da escola optou por proceder a mudanças. Independentemente das mudanças e das decisões tomadas, que não penso seja o momento ou o meu papel julgar, gostaria de descrever a forma como encontro esses jovens hoje, quase quatro meses depois.

Apesar da minha saída, os jovens continuam, naturalmente, a procurar-me. Eu sou a sua psicóloga e penso que o serei para sempre. Tenho atendido muitos e infelizmente muitos mais do que previa ou gostaria. Daí a minha preocupação. Tenho-me deparado com um nível de desânimo perfeitamente imenso que em alguns casos raia o desespero.

Há jovens que fizeram um processo de desinvestimento completo, quase abandonando os estudos, faltando sempre que podem, não estudando e não querendo saber o que lhes vai acontecer. Alguns

⁹ Ser profissionais era uma palavra código que usávamos em muitas situações. Pressupunha a sigla TARDHA: T de trabalho, muito trabalho; A de ambição, de querer fazer sempre mais e melhor; R de respeito, por si e pelo outros; D de disciplina; H de humildade e A de amor, ao próximo e ao teatro. Como dizíamos, “TARDHA, mas não falha”.

¹⁰ Recordo a situação de um aluno que ao fim do tempo estipulado e após imensos avisos e oportunidades não decorou, por preguiça, o texto da peça que se estava a ensaiar. Não participou na peça mas trabalhou intensamente para ela, esteve em todas as aulas e ensaios, apoiou todo o processo de produção e era o primeiro a entrar e o último a sair. Acabou por se sentir útil e perceber que se queria que estar no palco teria que trabalhar para isso. Mas os professores e eu trabalhamos ao seu lado intensamente durante todo esse processo.

ainda vão de vez em quando à escola, outros resolveram mesmo afastar-se, esperando por um próximo ano.

Outros ainda, vão às aulas (por vezes os pais obrigam!), procuram estudar, aproveitar os novos professores, mas sem entusiasmo, esperando que o tempo passe depressa e que o ano finde. Encontram-se neste grupo a maior parte dos alunos do 12º ano, pouco envolvidos e procurando sair dali o mais depressa possível.

Depois, há os revoltados que permanecem furiosos com as mudanças ocorridas, não conseguem aceitá-las, sentem que traem a escola que viveram anteriormente, os seus professores e técnicos. Rejeitam à partida qualquer sugestão de adaptação à nova realidade.

Há ainda os que estão calados, que nada dizem, o que muito me preocupa.

Mas, na realidade estão todos muito mal. O clima escolar é péssimo, eles não comem, não dormem, os comportamentos de adição e de agressividade aumentaram, andam tristes, irritados e confusos. Não entendem, ou não querem acreditar que tudo mudou! Mas o facto é que mudou e das pessoas que constituíam a equipa pedagógica em termos técnicos poucas ficaram. Por mais que lhes digamos e demonstremos que devem aceitar isso, a maioria tem muita dificuldade em aceitar essa nova realidade, pois não encontram razões para as mudanças.

A atitude da Direção da escola também não ajudou. Não se sentou para conversar e não permitiu um processo de transição, por exemplo em termos do apoio psicológico, de modo que o colega que me substituiu tem imensas dificuldades em lidar com os alunos e utiliza uma abordagem muito colada à perspetiva tradicional e à Direção da escola. Isso não ajuda à adesão dos jovens à sua possível intervenção e apoio. Não será com rebuçados e chupas-chupas que se consegue uma boa relação com alunos do secundário.

As situações de conflito são uma constante, envolvendo alunos, pais e professores. A falta de comunicação e diálogo também e, quando existe é vista de uma forma muito pouco positiva pelos jovens, pois não a sentem como genuína. A ida da polícia de forma sistemática à escola, para resolver por vezes situações muito simples, a forma arrogante e autoritária como se lidou e lida com os alunos, a presença de seguranças na escola e o clima de constante pressão e ameaça de processos disciplinares, contribuem de forma marcante para esse mau estar.

Os pais contactam os antigos professores e ligam-me em desespero dizendo que voltaram a ter problemas com os filhos, ou que eles andam tão tristes que não estudam, ou não se levantam para ir para as aulas, ou ainda que têm que retomar o acompanhamento psiquiátrico, pois temem pela integridade física e psicológica dos filhos.

Não existe alternativa em termos de transferência para outras escolas, porque se houvesse, penso que a maioria dos alunos abandonaria imediatamente a escola. Apenas uma aluna o conseguiu fazer, mas penso que quase todos eram candidatos. Não sendo possível, alguns afirmam estarem dispostos a que os filhos reprovem o ano para o poderem fazer.

Como técnica tenho que denunciar esta situação. Atendi alunos que apesar de confiarem em mim, me deixam insegura quanto à possibilidade de poderem fazer algum disparate. Há alunos que já fizeram

processos graves de regressão, reiniciando crises dissociativas, outros estão com processos depressivos profundos que me fazem temer “passagens ao ato” imprevisíveis e os que abandonando o processo, irão para sempre ficar marcados pela escolha que os obrigaram a fazer. E os calados são os que me preocupam mais. Diria, que neste momento ninguém está bem naquela escola.

Embora funcionalmente e burocraticamente o curso esteja a decorrer, na realidade tudo está a faltar aos alunos, pois era o clima e o contexto que constituíam a sua segurança e estrutura para a aprendizagem e o prazer de aprender e isso, neste momento, não existe.

Alertando, de forma clara para a situação e a urgência de uma ação junto do Externato Delfim Ferreira, no sentido de tomarem consciência da situação de risco em que colocaram a generalidade dos alunos e, uma vez que a minha intervenção, não será, com certeza, bem acolhida pela escola, venho por este meio informar e apelar a Vossa Excelência uma intervenção urgente, decisiva e exemplar no sentido de salvaguardar o bem estar e equilíbrio psicológico dos alunos.

No entanto, numa análise que pretendo objetiva, diria que, neste momento, muito dificilmente isso poderá acontecer no contexto escolar criado atualmente pela Direção do Externato Delfim Ferreira, sendo por isso fundamental equacionar outras soluções de resolução desta grave situação.

Estando à disposição e com os melhores cumprimentos

A Psicóloga

Liliana Moreira